

## 24. SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE DO DF

A Secretaria de Estado de Transparência e Controle do Distrito Federal – STC é regida pelas Leis nº 3.105, de 27/12/2002 e nº 3.163, de 03/07/2003, e pelos Decretos nº 24.582, de 11/05/2004, nº 32.716, de 1º/01/2011 e nº 33.205, de 20/09/2011. É órgão de direção superior, diretamente subordinado ao Governador do Distrito Federal, responsável pela coordenação e execução das ações de governo asseguradoras da legalidade e moralidade administrativas, controle interno, correição, tomada de contas especial, ouvidoria, transparência e prevenção e combate à corrupção no âmbito do Distrito Federal.

Estão afetas, ainda, as seguintes atribuições, definidas na Lei Orgânica do Distrito Federal e na legislação que a instituiu:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Distrito Federal;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial nos órgãos e entidades da administração do Distrito Federal, e quanto à aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle sobre o deferimento de vantagens e a forma de calcular qualquer parcela integrante da remuneração, vencimento ou salário de seus membros ou servidores;

IV - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como os dos direitos e haveres do Distrito Federal;

V - avaliar a relação de custo e benefício das renúncias de receitas e dos incentivos, remissões, parcelamentos de dívidas, anistias, isenções, subsídios, benefícios e afins de natureza financeira, tributária, creditícia e outros;

VI - apoiar o controle externo, no exercício de sua missão institucional;

VII - supervisionar, dar tratamento e orientação aos dados e informações disponibilizáveis no Portal da Transparência;

II - supervisionar e coordenar o sistema de controle interno;

III - planejar, organizar e coordenar as atividades operacionais das áreas de correição e auditoria administrativa;

IV - dar andamento às representações e denúncias relacionadas à ouvidoria;

V – atuar na defesa do patrimônio público e da transparência;

VI - planejar, organizar e coordenar as atividades operacionais relativas à prevenção e combate à corrupção;

VII – verificar a aplicação dos princípios constitucionais nos atos da Administração Pública;

VIII - apurar indícios de irregularidades.

### Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total	
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão		
Quadro do GDF	20	31	47	156	254	
Requisitados	Órgãos do GDF/União	07	00	12	16	35

Servidores comissionados, sem vínculo efetivo	07	00	13	00	20
Conveniados	00	00	00	00	00
Estagiários	00	09	00	22	31
<b>Subtotal (Força de Trabalho)</b>	<b>34</b>	<b>40</b>	<b>72</b>	<b>194</b>	<b>340</b>
(+) Cedidos para outros órgãos	00	06	00	15	21
<b>Total Geral</b>	<b>34</b>	<b>46</b>	<b>72</b>	<b>209</b>	<b>361</b>

## 1. Programa 0079 – Gestão da Política de Correição, Ouvidoria e Controle Interno do Poder Executivo do Distrito Federal

### Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa Sag
<b>2655 - Capacitação de Recursos Humanos</b>	<b>110.000,00</b>	<b>170.000,00</b>	<b>167.159,98</b>	<b>167.159,98</b>	<b>12</b>
6170 - Qualificação e desenvolvimento de Servidores da Corregedoria-Geral do Distrito Federal	110.000,00	170.000,00	167.159,98	167.159,98	12
<b>3011 - Modernização e Expansão da Infra-Estrutura de Tecnologia da Informação</b>	<b>932.500,00</b>	<b>1.580.773,00</b>	<b>1.573.426,12</b>	<b>994.556,37</b>	<b>8, 9, 10 e 11</b>
0001 - Modernização e Integração dos Sistemas de Informações da Corregedoria-Geral do Distrito Federal	882.500,00	1.341.813,00	1.334.508,40	834.598,37	8 e 9
0002 - Manutenção e desenvolvimento da Transparência Fiscal do Distrito Federal	50.000,00	238.960,00	238.917,72	159.958,00	10 e 11
<b>8502 - Administração de Pessoal</b>	<b>27.261.680,00</b>	<b>46.079.065,00</b>	<b>45.954.039,31</b>	<b>45.954.039,31</b>	<b>1 e 2</b>
6996 - Administração de Pessoal da Corregedoria-Geral do Distrito Federal	26.618.269,00	43.368.269,00	43.243.243,96	43.243.243,96	1
8687 - Contribuição Patronal para o RPPD	643.411,00	2.710.796,00	2.710.795,35	2.710.795,35	2
<b>8504 - Concessão de Benefícios a Servidores</b>	<b>685.000,00</b>	<b>1.294.998,00</b>	<b>947.170,67</b>	<b>947.170,67</b>	<b>3, 4 e 5</b>
6991 - Concessão de Benefícios aos Servidores da Corregedoria-Geral do Distrito Federal	685.000,00	1.294.998,00	947.170,67	947.170,67	3, 4 e 5
<b>Total</b>	<b>28.989.180,00</b>	<b>49.124.836,00</b>	<b>48.641.796,08</b>	<b>48.062.926,33</b>	<b>1 a 5, 8 a 12</b>

### 1.1 Controle Interno

A Controladoria Geral tem por competência exercer o controle interno, no âmbito do Poder Executivo, no tocante às funções de auditoria previstas no art. 2º, § 1º do Ato das Disposições Transitórias da Lei Orgânica do Distrito Federal, procedendo à análise e à fiscalização orçamentária, financeira, contábil, patrimonial, operacional e de atos de pessoal nos órgãos e entidades integrantes da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade. Além disso, avaliar a execução dos programas de governo, inclusive ações descentralizadas, realizados à conta de recursos oriundos dos orçamentos do Distrito Federal e recursos externos, quanto ao nível de execução das metas e dos objetivos estabelecidos e à qualidade do gerenciamento.

As atividades de controle interno compreendem a realização, pela Controladoria, de fiscalizações por auditorias e inspeções nos órgãos e entidades do complexo administrativo do Governo do

Distrito Federal; a fiscalização do Planejamento Anual de Auditoria (Decreto nº 32.840/2011); a análise de processos específicos a exemplo dos relacionados a Tomadas e Prestações de Contas Anuais dos Gestores e do Governo do Distrito Federal, Tomadas de Contas Especiais e Contratos de Gestão; a elaboração de relatórios relacionados à atividade de avaliação de programas de governo, quanto à eficácia e eficiência da gestão governamental e de outros relatórios específicos para compor a prestação de contas anual do governador.

São realizadas ainda fiscalizações compreendendo auditorias e inspeções na área de pessoal ativo, análises de processos de aposentadorias, pensões, reformas e orientações relacionadas a atos de pessoal dos órgãos e entidades do governo do Distrito Federal e respostas a consultas e diversas orientações quanto à execução orçamentária e financeira. Nessa abrangência, e para atingir os objetivos propostos para o período de janeiro a novembro de 2011, as principais realizações foram:

#### Situação dos Processos por Assunto – JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

ASSUNTO	QUANTIDADE PROCESSOS NO PERÍODO			TOTAL DE PROCESSOS
	EXAMINADOS	EM EXAME	A EXAMINAR	
Prestação de Contas Anual	33	41	10	84
Tomada de Contas Anual	77	80	-	157
Tomada de Contas Especial	261	13	198	472
Inspeções	75	02	-	77
Plano Anual de Ativ. De Auditoria Interna – PAAAI	02	-	-	02
Auditorias Especiais	07	02	-	09
Abertura/Instauração de Sindicância	31	01	-	32
Aposentadorias Cíveis	2.244	270	2.106	4.620
Pensões Cíveis	769	67	398	1.234
Reformas	183	06	112	301
Pensões Militares	257	23	232	512
Admissões	16.701	-	238	16.939
Renúncia de Receitas	01	01	-	02
Operações de Crédito, Avais e Garantias	01	01	-	02
Programas de Governo	24	22	-	46

Deferimento de Vantagens	03	01	-	04
Compatibilização de Instrumentos Básicos	-	-	-	-
Criação e Expansão	-	-	-	-
Eficiência e Eficácia, Gestão Orçamentária, Financeira, Patrimonial, Contábil	54	90	09	153
Levantamento do Parque Computacional do DF	246	-	-	246
<b>TOTAL</b>	<b>20.969</b>	<b>620</b>	<b>3.303</b>	<b>24.892</b>

**PROCESSOS DE APOSENTADORIAS, PENSÕES E ADMISSÕES NA CONTROLADORIA EXAMINADOS - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011**

ASSUNTOS	PROCEDIMENTOS				TOTAL
	PARECERES	DILIGÊNCIAS	RELATÓRIOS	DESPACHOS	
Aposentadorias	1.103	806	13	306	<b>2.228</b>
Pensões Civis	381	410	-	01	<b>792</b>
Pensões Militares	94	163	-	01	<b>258</b>
Reformas	104	79	-	-	<b>183</b>
Admissões *	13.347	3.354	-	-	<b>16.701</b>
<b>TOTAL</b>	<b>15.029</b>	<b>4.812</b>	<b>13</b>	<b>308</b>	<b>20.162</b>

\*FONTE: SIRAC – Servidores nomeados

**RELATÓRIOS DA DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DOS PLANOS E PROGRAMAS DE GOVERNO – JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011**

ASSUNTO	QUANTIDADE DE RELATÓRIOS		TOTAL
	ELABORADOS	EM ELABORAÇÃO	
<b>RELATÓRIO PCA GOV 2011:</b>	-	-	-
- Programas de Governo	24	22	46
- Monitoramento de Programas	-	22	22
- Deferimento de Vantagens	01	01	02
- Criação e Expansão de Despesas	01	01	02

- Operações de Crédito, Avais e Garantias	01	01	02
- Renúncia de Receitas	01	01	02
- Cumprimento de Metas	01	-	01
- Relatório de Gestão Fiscal	01	01	02
<b>RELATÓRIOS DE INSPEÇÃO:</b>	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>30</b>	<b>49</b>	<b>79</b>

## DOCUMENTOS EXPEDIDOS PELA CONTROLADORIA – JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

PROCESSOS OU DOCUMENTOS	QUANTIDADE EXPEDIDA
Ofícios	704
Memorandos	854
Notas Técnicas	1.585
Notas Técnicas de Proc. de Reconhecimento de Dívidas	-
Mensagens de orientação SIGGO	-
Despachos (Tomada/Prestação de Contas Anual, Auditorias, Inspeções)	238
Despachos de Processos de Reconhecimento de dívidas	02
Despachos	1.382
Relatórios de Inspeção	73
Relatórios de Eficiência e Eficácia	107
Relatórios de Auditoria	177
Termos de Audiência com o Auditado/Reunião de Encerramento	149
Requerimentos	84
Solicitações de Auditoria	-
Ordens de Serviço	310
Formulário Pessoal	42
Circulares	03
Pareceres	15.042

PROCESSOS OU DOCUMENTOS	QUANTIDADE EXPEDIDA
Diligências	3.401
Relatórios	08
Solicitação de Auditoria Corretiva	12
Relatório de Auditoria Especial	04
Reunião de Encerramento	12
Parecer de Auditoria	10
<b>Total</b>	<b>24.199</b>

## INDICADORES DE DESEMPENHO

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	PESO	Vo	REALIZADO
					2011
Monitorar e Avaliar a execução anual de programas de governo	Quantidade de programas monitorados e avaliados anualmente	Unidade	3	14	22
Promover o bom e regular emprego dos recursos públicos no Distrito Federal	Quantidade de processos de auditorias das contas anuais, de tomada de contas especiais, de inspeções e de auditorias especiais	Unidade	3	181	546
Acompanhar e aperfeiçoar os controles de regularidade dos atos de pessoal	Quantidade de processos examinados quanto a sua legalidade	Unidade	2	2.949	20.154

## 1.2 Ouvidoria Geral

No Distrito Federal, a Ouvidoria Geral foi instituída em 26 de junho de 1999 e extinta em dezembro de 2002, quando as suas atividades passaram a integrar a estrutura da Corregedoria-Geral do Distrito Federal - CGDF, criada pela lei nº. 3.105 de 27 de dezembro de 2002, alterada pela lei nº. 3.163, de 3 de julho de 2003. Em 2007, foi transferida para o gabinete do Governador e em 2010 para a Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN.

Vinculada à Secretaria de Estado de Transparência e Controle a Ouvidoria Geral do Distrito Federal - OGDF adota, atualmente, novo conceito de acompanhamento da gestão pública com o envolvimento do principal interessado: o Cidadão.

A OGDF tem como principal objetivo fomentar a criação e/ou reestruturação das unidades de ouvidoria dos órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal, denominadas ouvidorias especializadas, a fim de contribuir para a construção de uma gestão, acima de tudo, eficiente, ágil e comprometida com o interesse social, garantindo o princípio da ética, da eficiência e da transparência nas relações do Estado com a sociedade.

Os dados das manifestações recebidas pela Ouvidoria Geral do Distrito Federal, hoje subordinada à Secretaria de Estado de Transparência e Controle, possibilitam identificar necessidades sociais e proporcionam informações importantes para que o Governo possa promover o aperfeiçoamento dos serviços prestados e a racionalização dos gastos públicos.

A elaboração deste relatório viabilizou-se mediante coleta de dados do Sistema de Ouvidoria e Informações em ambiente WEB – SOI WEB, extraídos em 05/01/2012, referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2011, quando foram registradas **112.549 manifestações**, sendo **52.618 de ouvidoria e 59.931 solicitações de serviço**.

Pretende-se ilustrar, por meio de tabelas, gráficos e textos, de que se tratam as manifestações registradas e, ainda, elencar as ações desenvolvidas pela Ouvidoria Geral do Distrito Federal no período sob análise.

Registre-se que, atualmente, a Ouvidoria Geral realiza controle diário das denúncias referentes às Secretarias de Estado, Administrações Regionais, Empresas Públicas, Autarquias, Fundações e demais órgãos que compõem o complexo administrativo do Governo do Distrito Federal.

## 1.2.1 Dados estatísticos das manifestações de ouvidoria

### 1.2.1.1 Detalhamento mensal

MÊS	QUANTIDADE
JANEIRO	3.752
FEVEREIRO	4.591
MARÇO	4.508
ABRIL	4.089
MAIO	4.732
JUNHO	3.993
JULHO	3.989
AGOSTO	5.340
SETEMBRO	4.562
OUTUBRO	4.305
NOVEMBRO	4.468
DEZEMBRO	4.289
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>52.618</b>

### 1.2.1.2 Origem das manifestações

A **Central 156** foi responsável pelo acolhimento de **76,8%** das manifestações recebidas no ano de 2011. As **Ouvidorias especializadas** registraram **15,9%** e o **Portal do GDF – 156 ONLINE**, **3,64%** do total dessas manifestações.

ORIGEM DAS MANIFESTAÇÕES	
CENTRAL 156	40.411
OUVIDORIAS ESPECIALIZADAS	8.373
PORTAL DO GDF – 156 ONLINE	1.918
OUTROS	1.916
<b>TOTAL</b>	<b>52.618</b>

#### 1.2.1.3 Tipo das manifestações

TIPO	QUANTIDADE
RECLAMAÇÃO	47.131
ELOGIO	1.984
SUGESTÃO	1.385
PESQUISA	1.256
DENÚNCIA	862
<b>TOTAL</b>	<b>52.618</b>

#### 1.2.1.4 Característica das manifestações

Das **52.618** manifestações recebidas no período sob análise, **46.562** foram **identificadas** e **6.055** **anônimas**.

#### 1.2.1.5 Situação das manifestações

De acordo com a Portaria nº 39, de 05 de agosto de 2004, o prazo para resposta ao cidadão é de 15 (quinze) dias, contados a partir do registro da manifestação. Sendo assim, as demandas podem se encontrar nas seguintes situações:

- **Andamento:** até o 15º dia;
- **Pendente:** a partir do 15º dia, sem resposta do órgão ou entidade responsável;



- **Concluída:** com resposta registrada mas não repassada ao cidadão; e

- **Retornada:** após contato com o cidadão informando a resposta.

Na data da extração dos dados para elaboração deste relatório, as manifestações de ouvidoria encontravam-se nas situações apresentadas na tabela abaixo.

SITUAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES	
PENDENTES	8.350
CONCLUÍDAS	16.340
RETORNADAS	27.125

Obs: dados extraídos em 05/01/2012

### 1.2.1.6 Principais assuntos das manifestações de ouvidoria

#### 1.2.1.6.1 Denúncias

Dentre as **862 denúncias** recebidas no ano de 2011, os principais assuntos abordados foram **descumprimento de carga horária, nepotismo, ato irregular da administração pública**.

#### 1.2.1.6.2 Elogios

**Servidor da saúde, saúde pública e atendimento do DETRAN** foram os principais assuntos dos **1.984** elogios recebidos no ano de 2011.

#### 1.2.1.6.3 Pesquisas

As **1.256** pesquisas, ou seja, os pedidos de informações registrados no período sob análise tratam principalmente de **direitos sociais, saúde pública e servidor da saúde**.

#### 1.2.1.6.4 Reclamações

Dentre as **47.131** reclamações recebidas no ano de 2011, **transporte coletivo, saúde pública e servidor da saúde** foram os principais assuntos abordados, perfazendo um total de **89%** desses registros.

#### 1.2.1.6.5 Sugestões

Os principais assuntos abordados nas **1.385** sugestões registradas pelo cidadão, no ano de 2011 foram **transporte coletivo, saúde pública e infraestrutura**.

### 1.2.1.7 Principais assuntos das solicitações de serviço

Mesmo não fazendo parte das manifestações de ouvidoria, as solicitações de serviço recebidas pela Central 156 são registradas no Sistema de Ouvidoria e Informações em Ambiente WEB – SOI WEB e encaminhadas aos órgãos e entidades responsáveis pela matéria. Destaque-se que essas solicitações, quando não atendidas, motivam o registro de reclamações.

No período analisado foram recebidas **59.931 solicitações de serviço** que tratam principalmente de **infraestrutura, arborização e ajardinamento e fiscalização de atividades econômicas**.

### 1.2.1.8 Manifestações de ouvidoria por órgão/entidade

ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS	TOTAL	DENÚNCIA	ELOGIO	PESQUISA	RECLAMAÇÃO	SUGESTÃO
Águas Claras (RA XX)	138	2	11	2	108	15
Brasília (RA I)	126	-	6	7	94	19
Brazlândia (RA IV)	44	-	4	2	37	1
Candangolândia (RA XIX)	5	-	1	1	3	-
Ceilândia (RA IX)	281	1	45	1	218	16
Cruzeiro (RA XI)	16	1	2	1	11	1
Gama (RA II)	85	2	1	-	74	8
Guará (RA X)	45	-	1	1	39	4
Itapoã (RA XXVIII)	6	1	-	-	5	-
Jardim Botânico (RA XXVII)	20	1	1	1	15	2
Lago Norte (RA XVIII)	95	-	11	6	63	15
Lago Sul (RA XVI)	30	-	3	-	27	-
Núcleo Bandeirante (RA VIII)	147	-	1	-	143	3
Paranoá (RA VII)	24	-	-	-	23	1

Relatório Anual de Atividades - 2011

Park Way (RA XXIV)	44	1	5	-	36	2
Planaltina (RA VI)	33	1	-	-	30	2
Recanto das Emas (RA XV)	58	-	3	-	48	7
Riacho Fundo (RA XVII)	40	1	2	-	37	-
Riacho Fundo II ( RA XXI)	38	1	4	1	29	3
S.I.A (RA XXIX)	3	-	-	-	3	-
Samambaia (RA XII)	58	-	3	-	52	3
Santa Maria (RA XIII)	53	1	4	-	41	7
São Sebastião (RA XIV)	53	-	4	-	45	4
SCIA/Estrutural (RA XXV)	20	-	1	-	19	-
Sobradinho (RA V)	52	-	11	2	33	6
Sobradinho II (RA XXVI)	14	1	-	-	12	1
Sudoeste/Octogonal (RA XXII)	47	1	2	2	36	6
Taguatinga (RA III)	220	-	14	2	189	15
Varjão (RA XXIII)	5	-	2	-	3	-
Vicente Pires	23	1	8	-	11	3

<b>SECRETARIAS DE ESTADO</b>	<b>TOTAL</b>	<b>DENÚNCIA</b>	<b>ELOGIO</b>	<b>PESQUISA</b>	<b>RECLAMAÇÃO</b>	<b>SUGESTÃO</b>
Administração Pública	92	6	1	21	48	16
Agricultura, Pecuária e Abastecimento	44	2	1	-	39	2
Ciência e Tecnologia	13	1	-	1	10	1
Cultura	32	2	-	3	19	8
Desenvolvimento Econômico	7	1	-	1	5	-
Desenvolvimento Social e Transferência de Renda	2.490	33	22	346	2.059	30
Desenvolvimento Urbano e Habitação	15	-	-	4	10	1
Defesa Civil	6	-	-	1	5	-
Educação	4.221	55	101	34	3.978	53
Esporte	72	2	4	1	49	16
Fazenda	829	2	25	2	738	62
Governo	234	-	27	18	125	64
Coordenadoria das Cidades	96	31	6	2	56	1
Justiça, Direitos Humanos e Cidadania	398	5	34	8	340	11
Meio Ambiente e Recursos Hídricos	7	2	-	1	1	3
Obras	12	-	-	2	7	3
Ordem Pública e Social	168	1	-	1	164	3
Planejamento e Orçamento	116	31	-	1	79	5
Saúde	16.218	117	1.177	570	14.185	169
Segurança Pública	78	2	1	3	68	4
Trabalho	264	1	7	8	234	14
Transparência e Controle	463	373	3	2	76	9
Transportes	105	4	1	5	71	24
Turismo	17	-	-	4	7	6
<b>SUBTOTAL</b>	<b>25.997</b>	<b>671</b>	<b>1.410</b>	<b>1.038</b>	<b>22.373</b>	<b>505</b>

<b>ORGAOS ESPECIALIZADOS</b>						
<b>E</b>						
<b>RELATIVAMENTE AUTÔNOMOS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>DENÚNCIA</b>	<b>ELOGIO</b>	<b>PESQUISA</b>	<b>RECLAMAÇÃO</b>	<b>SUGESTÃO</b>
Centro de Assistência Judiciária - CEAJUR	4	3	1	-	-	-
Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF	245	4	17	2	206	16
Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF	162	14	11	3	126	8
Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF	230	18	25	2	172	13
Procuradoria-Geral do Distrito Federal - PRGDF	4	1	-	-	3	-
Jardim Botânico de Brasília - JBB	-	-	-	-	-	-
Arquivo Público do Distrito Federal	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL</b>	<b>646</b>	<b>38</b>	<b>54</b>	<b>7</b>	<b>508</b>	<b>37</b>

<b>FUNDAÇÕES</b>						
	<b>TOTAL</b>	<b>DENÚNCIA</b>	<b>ELOGIO</b>	<b>PESQUISA</b>	<b>RECLAMAÇÃO</b>	<b>SUGESTÃO</b>
Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP	3	-	-	-	3	-
Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal - FAPDF	30	-	1	1	27	1
Fundação de Ensino à Pesquisa em Ciência da Saúde - FEPECS	7	-	-	-	7	-
Fundação Hemocentro de Brasília - FHB	34	1	2	2	22	7
Fundação Jardim Zoológico de Brasília	4	-	-	-	4	-
<b>SUBTOTAL</b>	<b>78</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>63</b>	<b>8</b>

<b>AUTARQUIAS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>DENÚNCIA</b>	<b>ELOGIO</b>	<b>PESQUISA</b>	<b>RECLAMAÇÃO</b>	<b>SUGESTÃO</b>
Agência de Águas e Saneamento - ADASA	12	1	-	2	9	-
Agência de Fiscalização - AGEFIS	1.816	29	14	7	1.736	30
Departamento de Estradas de Rodagem - DER	352	9	6	17	237	83
Departamento de Trânsito - DETRAN	2.391	13	108	23	2.095	152
Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IBRAM	309	5	17	3	268	16
Instituto de Previdência dos Servidores - IPREV	47	-	-	4	43	-
Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores - INAS	-	-	-	-	-	-
Transporte Urbano do Distrito Federal - DFTRANS	14.598	2	46	47	14.260	243
Serviço de Limpeza Urbana - SLU	1.405	4	13	10	1.338	40
Instituto de Defesa do Consumidor - PROCON	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL</b>	<b>20.930</b>	<b>63</b>	<b>204</b>	<b>113</b>	<b>19.986</b>	<b>564</b>

<b>EMPRESAS PÚBLICAS</b> <b>E</b> <b>SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA</b>	<b>TOTAL</b>	<b>DENÚNCIA</b>	<b>ELOGIO</b>	<b>PESQUISA</b>	<b>RECLAMAÇÃO</b>	<b>SUGESTÃO</b>
Banco de Brasília - BRB	20	-	2	2	16	-
Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - CODHAB	396	3	5	32	352	4

Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN	7	-	1	3	2	1
Central de Relacionamento do GDF	288	-	105	-	174	9
Controle de Qualidade de 1º Nível	602	52	31	13	481	25
Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB	298	1	-	3	292	2
Companhia do Metropolitano do Distrito Federal - METRÔ	100	-	1	3	88	8
Companhia Energética de Brasília - CEB	318	1	5	-	307	5
Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP	20	2	-	2	15	1
Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP	1.068	13	13	8	962	72
Transporte Coletivo de Brasília - TCB	27	-	-	-	26	1
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal – EMATER	-	-	-	-	-	-
Central de Abastecimento de Brasília - CEASA	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL</b>	<b>3.144</b>	<b>72</b>	<b>163</b>	<b>66</b>	<b>2.715</b>	<b>127</b>

#### 1.2.1.9 Ações da Ouvidoria Geral do Distrito Federal

A Ouvidoria Geral tem trabalhado na criação e reestruturação das ouvidorias especializadas dos órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal. Foram realizadas reuniões e visitas para prestar orientações mais específicas sobre os novos procedimentos a serem adotados, procurando sensibilizar os gestores sobre a importância do fortalecimento das unidades setoriais a fim de contribuir para a construção de uma gestão pública transparente e participativa.

Nas tabelas abaixo estão relacionadas as principais realizações da OGDF no ano de 2011, além dos órgãos e entidades com os quais se reuniu.

<b>PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DA OUVIDORIA-GERAL</b>
1ª Reunião de Ouvidores para apresentação da Ouvidoria Geral e das diretrizes de trabalho.
Implantação de ilha dedicada para ouvidoria na Central 156.
Disponibilização da ouvidoria como opção 1 da URA da Central 156.
Articulação com a Secretaria de Estado de Governo para fomentar a criação de ouvidorias nos órgãos da administração direta.
Solicitação de adequações e atualizações no Sistema de Ouvidoria e Informações em Ambiente Web – SOI WEB.
Redirecionamento do “Fale Conosco” dos sites dos órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal para o 156 ONLINE.
Reunião com a Controladoria Geral da União - CGU para estabelecer parceria com o Ouvidor Geral da

União, Dr. Romão.
Visita à Ouvidoria do Governo do Estado da Bahia para conhecer o sistema utilizado e os processos de trabalho com intuito de identificar melhorias na atuação do segmento de ouvidorias do GDF.
Elaboração de projeto, em conjunto com a Subsecretaria de Transparência da Secretaria de Estado de Transparência e Controle, para realização do Seminário Internacional – Desafios para a construção de uma gestão transparente.
Criação e padronização do cargo de ouvidor nas Administrações Regionais e Secretarias de Estado.
Elaboração de projeto para implantação da Ouvidoria Itinerante.
Elaboração de plano de trabalho para implantação do Sistema de Ouvidoria e Gestão Pública – TAG, desenvolvido pela Ouvidoria Geral da Bahia, no Governo Distrito Federal.
Desenvolvimento de infraestrutura para implantação da Ouvidoria de Combate à Corrupção.
Realização de treinamento para a equipe do Controle de Qualidade de 1º nível da Central 156, responsáveis pela supervisão e triagem das manifestações registradas no Sistema de Ouvidoria e Informações em Ambiente Web-SOI WEB.
Recebimento de “não objeção” do Banco Mundial para o Projeto Ouvidoria Itinerante.
Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica com Estado da Bahia para uso do Sistema de Ouvidoria e Gestão Pública -TAG.
No dia 08 de dezembro foi realizado o lançamento da Ouvidoria de Combate à Corrupção, publicamente conhecido como Disque Denúncia. O número deste serviço é o 0800-644-9060. Este canal destina-se a denúncias de corrupção específicas em licitações e contratos do GDF
Realização de treinamento para a equipe do CQ de 1º nível da Central 156, responsáveis pela supervisão e triagem das manifestações registradas no Sistema de Ouvidoria e Informações em Ambiente Web-SOI WEB.
Organização do evento da Associação Nacional de Ouvidores Públicos (ANOP).
2ª Reunião de Ouvidores – Realizações do ano e diretrizes de trabalho para 2012.
Reuniões semanais com as Ouvidorias Especializadas.
Realização de treinamento especializado com a equipe de atendimento da Ouvidoria de Combate à Corrupção.

REUNIÕES TÉCNICAS	
DATA	ÓRGÃO/ENTIDADE
15/03	CODEPLAN - Companhia de Planejamento do Distrito Federal



29/03	AGEFIS - Agência de Fiscalização do Distrito Federal
30/03	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda
04/04	Secretaria de Estado de Administração Pública - Ouvidoria do Servidor
19/04	AGEFIS – Agência de Fiscalização do Distrito Federal
20/04	Secretaria de Estado de Governo
20/04	Coordenadoria das Cidades
25/04	Secretaria de Estado de Administração Pública - Ouvidoria do Servidor
26/04	Secretaria de Estado de Educação
04/05	SLU – Serviço de Limpeza Urbana
06/05	Secretaria de Estado de Comunicação
13/05	Secretaria de Estado de Saúde
17/05	Secretaria de Estado de Administração Pública - Ouvidoria do Servidor
06/06	Administração Regional de Ceilândia
15/06	DFTRANS – Transporte Urbano do Distrito Federal
20/06	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda
28/06	Secretaria de Estado de Saúde
26.07	Administração Regional de Planaltina
19.07	Administração Regional do SAI
29.07	Secretaria de Estado de Habitação
06.07	CAESB
07.07	Visita do Ouvidor Geral da Bahia
11.07	SLU
20.07	Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda
	Secretaria de Educação
	Secretaria de Trabalho
	Secretaria de Justiça
	Secretaria de Cultura
	NA HORA
22.07	Secretaria de Estado da Criança

27.07	Arquivo Público
27.07	EMATER
27.07	Secretaria de Administração Pública – Ouvidoria do Servidor
	Secretaria de Fazenda
	Procuradoria Geral do Distrito Federal
	Secretaria da Ordem Pública e Social
01.08	BRB
02.08	Controle de Qualidade de 1º nível da Central 156
10.08	Administração Regional da Ceilândia
	Administração Regional do Guará
	Administração Regional do Lago Norte
	Administração Regional do Lago Sul
	Administração Regional do Núcleo Bandeirante
	Administração Regional de São Sebastião
	Administração Regional de Vicente Pires
	Secretaria de Administração Pública – Ouvidoria do Servidor
23.08	DETRAN
31.08	IBRAM
	Jardim Botânico de Brasília
	Secretaria de Obras
	Secretaria de Transportes
	TCB
	TERRACAP
14.09	CEB
	DER
	METRÔ
	Secretaria de Meio Ambiente
14.09	Fundação Jardim Zoológico
	Secretaria de Defesa Civil

21.09	Administração Regional de Águas Claras
	Administração Regional de Brasília
	Administração Regional de Brazlândia
	Administração Regional da Candangolândia
	Administração Regional do Cruzeiro
	Administração Regional do Gama
	Administração Regional do Park Way
	Administração Regional do SCIA
	Administração Regional de São Sebastião
22.09	Administração Regional do Itapoã
	Administração Regional do Jardim Botânico
	Administração Regional de Planaltina
	Administração Regional do Riacho Fundo
	Administração Regional de Samambaia
	Administração Regional de Sobradinho
	Administração Regional de Sobradinho II
	Administração Regional Sudoeste/Octogonal
26.09	SLU
28.09	Administração Regional do Lago Norte
	Administração Regional do Riacho Fundo II
	Administração Regional do SAI
	Administração Regional de Santa Maria
	Administração Regional de Taguatinga
	Administração Regional do Varjão
	Arquivo Público do Distrito Federal
07.10	Apresentação da Ouvidoria Especializada da Administração Regional do S.I.A.
07.11	Apresentação da Ouvidoria Especializada da área de segurança, SEPLAN E CODEPLAN
06.12	Participação da Ouvidoria Geral do Distrito Federal no 2º Encontro Nacional de Ouvidorias

### 1.3 Correição

A Unidade de Corregedoria-Geral da STC é a unidade centralizadora de controle responsável pela apuração de denúncias referentes a supostas irregularidades envolvendo a Administração Pública do DF e seus servidores públicos, inclusive impropriedades atinentes aos fornecedores de bens e serviços para o Governo do DF. Dentre as atividades realizadas pela Unidade para apurar os fatos denunciados estão: a análise das denúncias recebidas e encaminhamento para autuação de processos, análise de processos, elaboração de documentos (Notas Técnicas, Notas de Instrução, Ofícios, Comunicados, Despachos), realização de oitivas e outros procedimentos.

Impende salientar que enquanto órgão centralizador de controle, esta Unidade de Corregedoria-Geral exerce o papel de coordenação e supervisão das demais unidades de corregedoria integrantes do Poder Executivo do DF. Por conseguinte, quando o interesse público assim exigir, esta Unidade dispõe de competência para proceder a instauração, condução e acompanhamento de processos administrativos específicos, para apuração de irregularidades praticadas no âmbito do Poder Executivo do Distrito Federal, especialmente naquelas em que for verificada a participação de autoridade de alto escalão da Administração DF.

No período de janeiro a dezembro de 2011 foram autuados 400 processos que, somados aos que estão em andamento, proporcionaram significativo volume de trabalho, conforme demonstrado a seguir:

<b>Atividade</b>	<b>Quantidade</b>
Processos autuados	400
Processos analisados	1606
Processos solucionados/arquivados	607
Análise de processos oriundos de demandas do MPDFT e TCDF	46
Oitivas de pessoas envolvidas em denúncias	156
Ofícios recebidos	1422
Documentos expedidos	1357
Participação em reuniões externas	60
Participação como membros de conselhos	04
Atendimento ao público	520

Ocorreram, ainda, situações que demandaram a instauração e condução de sindicâncias, processos administrativos disciplinares e processos administrativos de fornecedores, conforme demonstrado a seguir:

<b>FASE</b>	<b>PAD</b>	<b>SINDICÂNCIA</b>	<b>CPAF</b>
Instauração	-	-	-
Instrução	09	-	01
Julgamento	02	01	01

Concluído	-	-	05
<b>TOTAL</b>	11	01	07

No ano corrente foram autuados 57 processos relacionados à apuração de supostas irregularidades de fornecedores, sendo 38 deles no último trimestre. Do total, sete processos foram encaminhados à Comissão de Processos Administrativos de Fornecedores – CPAF, e resultaram na declaração de inidoneidade dessas empresas – DANLUZ Indústria, Comércio e Serviços Ltda., ADLER Assessoramento Empresarial e Representação Ltda., CAPBRASIL Informática e Serviços Ltda., LINKNET Tecnologia e Telecomunicação Ltda., PATAMAR Manutenção de Domínios Ltda/ ENTERPRICE Engenharia de Software Ltda, ALSAR Tecnologia em Redes Ltda e SAPIENS Tecnologia da Informática Ltda.

Em 18 de novembro foi criado um Grupo de Trabalho pela Ordem de Serviço nº 01 – COGER/STC, a fim de buscar soluções para os 157 processos identificados como urgentes pela Corregedoria-Adjunta da Área Social, os quais estão sendo analisados tendo em vista a proximidade do prazo prescricional para punição do servidor supostamente faltoso e a complexidade da matéria. O Grupo foi constituído por um membro de cada setor da Corregedoria-Geral/STC, visando à cooperação técnica e não interferência nos trabalhos de cada setor.

Finalmente, vale ressaltar que o Corregedor-Geral da STC ministrou curso de Procedimento Administrativo Disciplinar junto à Escola de Governo do DF, culminando no treinamento de 91 servidores, oriundos das mais diversas Secretarias do GDF, no período de setembro a dezembro de 2011, em três turmas com carga horária de 40h/a. Esse treinamento teve como finalidade capacitar servidores públicos para participarem de sindicâncias e PAD's e procederem às atividades correccionais de forma padronizada e eficiente.

#### 1.4 Transparência e Controle Social

A Subsecretaria de Transparência – SUTRA tem como principais atividades:

- promover o incremento da transparência pública, fomentando a participação da sociedade civil na prevenção e no combate à corrupção;
- contribuir para a promoção da ética e o fortalecimento da integridade das instituições públicas do GDF;
- promover intercâmbio contínuo, com outros órgãos, para o aprimoramento dos instrumentos de Transparência;
- fomentar a capacitação e treinamento relacionados às suas áreas de atuação.

Para efetividade das ações de transparência pública, a SUTRA é a unidade da STC responsável pelo Portal da Transparência do Governo do Distrito Federal, instituído por meio do Decreto nº 32.988, de 14 de junho de 2011, o que envolve as seguintes incumbências:

- coordenação e supervisão dos processos de implementação e atualização do Portal da Transparência do Distrito Federal;

- coleta, tratamento e disponibilização de dados e informações no Portal da Transparência do Distrito Federal;
- propositura e demanda às unidades gestoras acréscimos e melhorias nas informações prestadas no Portal da Transparência do Distrito Federal, visando à prática da transparência ativa;
- estabelecimento de procedimentos, orientações e normas que se fizerem necessários ao cumprimento do referido no Decreto nº 32.988/2011;
- fiscalização do fiel cumprimento pelas unidades gestoras das normas e orientações necessárias ao pleno funcionamento do Portal da Transparência do Distrito Federal.

A estrutura administrativa da SUTRA tem a seguinte composição:

- Gabinete
- Assessoria
- Coordenação do Controle Social
- Diretoria de Gestão de Informações de Transparência
- Diretoria de Ética

#### 1.4.1 Atividades realizadas e em andamento

##### 1.4.1.1 Transparência

- ✓ Desenvolvimento do novo Portal da Transparência do Distrito Federal – Contratação de empresa especializada em fábrica de software por meio do Pregão Eletrônico nº 307/2011 – CELIC/SEPLAN
- ✓ Manutenção do Portal da Transparência
- ✓ Coleta de Informações para o Portal da Transparência via Secretarias de Administração, Planejamento, Fazenda e Cultura
- ✓ Divulgação de Informações no Portal da Transparência
- ✓ Atendimento ao Público em assuntos relacionados ao Portal da Transparência
- ✓ Pesquisas e análises de sites relativos à transparência
- ✓ Participação em eventos sobre transparência promovidos por entidades civis e governamentais
- ✓ Realização do VII – Encontro Nacional dos Órgãos de Controle Interno – CONACI nos dias 17 a 19 de agosto de 2011, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães – Brasília DF, em parceria com o Conselho Nacional dos Órgãos de Controle Interno - CONACI.
- ✓ Lançamento do Portal da Transparência no dia 08 de dezembro de 2011, no seguinte endereço: [www.transparencia.df.gov.br](http://www.transparencia.df.gov.br), com o investimento de aproximadamente R\$160.000,00 e cumprimento de todo o processo licitatório e execução no prazo de 06 meses:
  - Publicação Decreto 32.988 de 14/06/2011 – transfere a responsabilidade da gestão do Portal para a STC;
  - Elaboração projeto;
  - Licitação;
  - Assinatura de contrato;

- Implantação e lançamento do Portal em 08/12/2011, sendo que até 31.12.2011 ocorreram 60.667 acessos .

#### 1.4.1.2 Ética (em andamento)

- ✓ Estudos de melhores práticas para proposta de elaboração do Código de Ética dos Servidores Públicos do Distrito Federal
- ✓ Elaboração de ações que disseminem os princípios éticos e íntegros no âmbito da Administração Pública

#### 1.4.1.3 Controle Social

- ✓ Fomento à participação da sociedade no controle dos gastos públicos
- ✓ Promoção de ações de divulgação do Portal da Transparência
- ✓ Promoção de eventos que incentivem a participação popular
- ✓ Discutir com as entidades civis com a finalidade de promover o controle social
- ✓ Decreto nº 32.978, de 09 de junho de 2011, convocando a Conferência Distrital sobre Transparência e Controle Social – CONSOCIAL/DF
- ✓ Portaria nº 114, de 4 de outubro de 2011, alterada pela Portaria nº 129, de 31 de outubro de 2011, constituindo a Comissão Organizadora da 1ª Conferência Distrital sobre Transparência e Controle Social – CONSOCIAL-DF
- ✓ Aprovação do Regimento Interno da Comissão Organizadora- COD do CONSOCIAL/DF
- ✓ Aprovação pela Comissão Organizadora – COD da Programação das Conferências Regionais e Distrital:

#### CRONOGRAMA CONFERÊNCIAS REGIONAIS – DF

CONFERÊNCIAS REGIONAIS SERÃO REALIZADAS DIA <b>28.01.12</b>	
Região	
Brazlândia	
Paranoá, Varjão, Lago Norte e Itapoã	
São Sebastião, Lago Sul e Jardim Botânico	
Estrutural/SCIA e Cruzeiro	
CONFERÊNCIAS REGIONAIS SERÃO REALIZADAS DIA <b>04.02.12:</b>	
Taguatinga e Vicente Pires	
Núcleo Bandeirante, Candangolândia, Guará, Águas Claras, SIA e Park Way	
Planaltina	
Samambaia	

<b>CONFERÊNCIAS REGIONAIS SERÃO REALIZADAS DIA <u>11.02.12</u></b>
Brasília e Sudoeste/Octogonal
Ceilândia
Recanto das Emas e Riacho Fundo I/II
Sobradinho I/II
Gama e Santa Maria
<b>CONFERÊNCIA DISTRITAL SERÁ REALIZADA NOS DIAS <u>09 E 10.03.12</u></b>
Centro de Convenções Ulysses Guimarães - Auditório Planalto

#### 1.4.1.4 Capacitação (em andamento)

- ✓ Promoção de eventos de capacitação nos assuntos referentes à transparência, ética e controle social
- ✓ Formatação de cursos

#### 1.4.1.5 Gestão de Recursos Humanos

##### 1.4.1.5.1 Treinamento e capacitação de servidores

<b>CAPACITAÇÃO</b>	<b>TOTAL PARTICIPANTES</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
<b>CURSOS, TREINAMENTOS, APERFEIÇOAMENTO, OUTROS</b>		
Seminário Internacional sobre Transparência e Acesso à Informação	04	16 H/A
Seminário de Atualização de Normas e Procedimentos de Controle Externo	03	12H/A
Visita Técnica à Empresa Siemens – Compliance - SP	02	08H/A
Curso Controle Social e Cidadania	03	40H/A
IV Congresso Internacional Software Livre e Governo Eletrônico	02	24H/A
Curso de Análise de Pontos de Função	02	40H/A
Seminário CONFEA/CREA na Copa 2014	01	8H/A
VII – Encontro Nacional dos Órgãos de Controle Interno – CONACI – DF	05	16h/A
Visita Técnica ao Tribunal de Contas do Município do Ceará – Tema: Portal da Transparência e ações de Controle Social	02	01 dia



Treinamento da Metodologia do Consocial em conjunto com a equipe da CGU	04	01 dia
Seminário Dia Internacional de Combate Contra a Corrupção - CGU	02	01 dia
	<b>30</b>	<b>164H/A</b>

## 1.5 Tomada de Contas Especial

A Subsecretaria de Tomada de Contas Especial – SUTCE é uma unidade orgânica de comando e supervisão criada por meio do Decreto nº. 30.200, de 25 de março de 2009, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal – DODF de 26 de março de 2009, para compor a estrutura da então Corregedoria-Geral do Distrito Federal – CGDF.

A SUTCE originou-se da junção de outras duas unidades orgânicas: a Assessoria de Tomada de Contas Especial – ATCE e a Supervisão de Tomada de Contas Especial – STCE, as quais foram criadas pelas Leis nº 3.862/2006 e nº. 3732/2006, respectivamente.

A SUTCE surge, então, da necessidade de criação de uma estrutura funcional especializada para tratar, de forma centralizada, das atividades anteriormente exercidas, de forma isolada, pela ATCE e pela STCE.

Após essa reestruturação, passaram a ser competentes para apurar procedimentos de Tomada de Contas Especial na Administração Pública do Distrito Federal:

- a) **Subsecretaria de Tomada de Contas Especial da Secretaria de Estado de Transparência e Controle:** quando, independente do valor, o dano ocorrer em:
  - a.1) Órgãos da Administração Direta: abrangendo, neste caso, inclusive, o dirigente destes órgãos;
  - a.2) Autarquias e Fundações Públicas: somente quando restar caracterizado o envolvimento do dirigente destas entidades no prejuízo em apuração.
- b) **Autarquias e Fundações Públicas:** quando, independente do valor, o dano ocorrer no âmbito da própria entidade e desde que não haja envolvimento do dirigente na consecução do prejuízo;
- c) **Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista:** quando, independente do valor, o dano ocorrer no âmbito da própria entidade; e
- d) **Secretarias de Estado:** quando, independente do valor, o dano ocorrer no âmbito das **Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista** vinculada aquela Secretaria, exclusivamente nos casos em que o dirigente daquelas entidades estiverem envolvidos.

A SUTCE tem como missão zelar pelo patrimônio público e para cumprir seu mister, conta com a seguinte estrutura:

1. Diretoria de Desenvolvimento de Políticas Gestoras – DIPOL:
  - 1.1. Gerência de Controle de Prazos Processuais – GECOP;
2. Diretoria de Prevenção e Recuperação do Dano – DIREC:
  - 2.1. Gerência de Instrução Prévia – GEINP;
  - 2.2. Gerência de Ressarcimento e Acompanhamento – GERAC;
3. Diretoria de Procedimentos Simplificados – DISIM;
4. Diretoria de Procedimentos Especiais – DIPES.

Atualmente, encontra-se em fase de execução o Plano de Ação da SUTCE, o qual foi apresentado ao TCDF no dia 29 de novembro, contemplando as ações propostas para 2012 e 2013, a serem executadas em 3 Etapas, a saber:

**ETAPA 1** - Priorização da análise de aproximadamente 353 processos no montante de R\$ 586.498.291,00, correspondendo a 39,40% do estoque físico e 87,40% de todo o valor em apuração na SUTCE em 31/10/2011 (R\$ 671.032.932,60), distribuídos em 9 Comissões Tomadoras, sendo:

- ◆ 89 processos de maior valor e relevância, no montante de R\$ 573.444.555,00;
  - ◆ 38 processos relativos ao mutirão de prestações de contas irregulares de contratos e convênios da SESP, antiga SEL, no montante estimado de R\$ 7.224.827,00;
  - ◆ 68 processos relativos ao mutirão da PMDF – pagamentos decorrentes de cessões irregulares, no montante de R\$ 2.498.141,38;
  - ◆ 127 processos relativos ao mutirão da PMDF - concessão irregular de indenização de transporte, no montante estimado de R\$ 2.787.487,00; e
  - ◆ 31 processos relativos ao mutirão do CBMDF – concessão irregular de indenização de transportes no montante de R\$ 543.280,06.
- ❖ **Prazo de Execução da ETAPA 1: até 30 de junho de 2012.**

**ETAPA 2** - dar continuidade à análise dos processos remanescentes dos mutirões relacionados na Etapa 1 e conferir tratamento prioritário aos demais processos **instaurados por determinação do TCDF**, não contemplados naquela Etapa, com a utilização de Força-Tarefa composta por todos os servidores das DISIM e da DIPES da **SUTCE** (27 servidores) e de servidores dos demais órgãos do GDF (estima-se um contingente de 23 servidores), preferencialmente, que trabalhem ou tenham trabalhado com TCE, formando 15 grupos sob a coordenação dos Supervisores de TCE, contemplando:

- ◆ 127 processos não relacionados na ETAPA 1, no montante de R\$ 70.919.920,00;

- ◆ 35 processos relativos ao saldo remanescente de mutirão de prestações de contas irregulares de contratos e convênios da SESP, antiga SEL, no montante estimado de R\$ 7.224.827,00; e
- ◆ 114 processos relativos ao mutirão da PMDF - concessão irregular de indenização de transporte, no montante estimado de R\$ 2.501.915,00.
- ❖ **Prazo de Execução da ETAPA 2: até 31 de dezembro de 2012.**

**ETAPA 3** – concluir a análise dos processos remanescentes dos mutirões relacionados nas Etapas 1 e 2 e retomar a análise dos processos não relacionados nessas Etapas, **instaurados sem determinação do TCDF**, observando-se critérios de materialidade, relevância e data de instauração, nessa ordem, contemplando:

- ◆ 115 processos relativos ao mutirão da PMDF - concessão irregular de indenização de transporte, no montante estimado de R\$ 2.523.793,00; e
- ◆ 152 processos não relacionados nas ETAPAS 1 e 2, instaurados sem determinação do TCDF, no montante de R\$ 1.363.777,00.
- ❖ **Prazo de Execução da ETAPA 3: até 30 de junho de 2013.**

Como medidas que possibilitem um incremento na produtividade dos servidores da SUTCE, vislumbra-se as seguintes possibilidades:

- a) Estudo sobre a viabilidade de criação de gratificação de desempenho acompanhada de modelo de avaliação de produtividade, com foco em metas/resultados:
- b) Concessão de horas extras para um contingente aproximado de 25 servidores envolvidos nos trabalhos (25 x 2 horas/dia x 20 dias/mês = 1.000 horas/mês), com vistas a ampliar o tempo dedicado à apuração dos processos de TCE;**
- c) Implementação de medidas de incentivo não-remuneratório à produtividade, tais como programa de qualidade de vida, capacitação, condecorações por desempenho com registro nos assentamentos funcionais e melhoria do ambiente físico de trabalho.

Durante o ano de 2011, a Unidade foi contemplada com uma nova estrutura organizacional, com o acréscimo de cargos comissionados e de novos servidores requisitados de outros órgãos.

Além disso, foram concentrados esforços para maior produtividade no processamento das TCE, o que gerou o encerramento de 843 processos no exercício de 2011, elevando a produtividade em 58,76% em relação ao exercício de 2010. É relevante informar que foram encaminhados ao Egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal processos de Tomadas de Contas Especiais, auditados pelo Controle Interno, cujo montante apurado em favor do Distrito Federal foi de ordem de R\$ 742.091.077,56 (setecentos e quarenta e dois milhões, noventa e um mil, setenta e sete reais e cinquenta e seis centavos).

## **1.6 Prevenção e Combate à Corrupção**

A Subsecretaria da Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas tem como atribuições básicas voltadas ao atendimento às necessidades da Controladoria, Corregedoria e da Ouvidoria em assuntos de Prevenção da Corrupção.

No atendimento aos assuntos da Auditoria e Corregedoria, realiza a análise de processos específicos determinado para estudo, realizando pesquisas nos diversos órgãos da estrutura do GDF, e cruzamentos de dados em órgãos externos afins, com a finalidade de contribuir para agilizar os processos.

Nos assuntos da Ouvidoria, compete a verificação da consistência das denúncias ou pedidos de providências, a fim de fornecer os subsídios necessários para decisão e propiciar correto andamento dos processos.

Nos assuntos de Prevenção da Corrupção compete, ainda, realizar os trabalhos de pesquisa sistemática nos elos do Sistema Único de Gestão dos Recursos Humanos - SIGRH, no âmbito dos diversos órgãos do GDF, mediante a realização de cruzamentos de dados com as memórias de outros órgãos afins que possuem cadastros de pessoas, com a finalidade de identificar possíveis práticas de nepotismo.

## **1.7 Unidade de Administração Tecnológica**

Em 2011, os principais projetos e atividades desenvolvidos pela UAT foram:

a) Quanto à Infraestrutura:

- Configuração da rede DMZ EXTERNA e INTERNA, aumentando a segurança dos dados da STC;
- Instalação dos módulos de NAT e DLP da McAfee para controlar as entradas e saídas de dados via PENDRIVE e outros dispositivos da rede de dados da STC;
- Realização de provas de conceito de ferramentas de IPS/IDS;
- Renovação do contrato de acesso à rede Internet com a Global Village;
- Elaboração e realização do pregão eletrônico do Portal da Transparência;
- Elaboração e realização do pregão eletrônico para desenvolvimento do projeto de Data Warehouse da STC;
- Aquisição de certificados digitais da STC;
- Implantação dos certificados digitais do SAEWEB e Correio Eletrônico via Web da STC;
- Elaboração e encaminhamento à SULIC do projeto básico para contratar garantia e suporte dos firewalls da STC;
- Migração do parque de impressoras da STC;
- Aquisição e migração dos 296 computadores do tipo desktop da STC;
- Aquisição de 101 novos notebooks;
- Migração do parque tecnológico (computadores) da STC, para máquinas compradas;

- Início dos estudos para elaboração do projeto básico para terceirização da parte operacional da infraestrutura da STC;
- Migração do sistema operacional de todo o parque computacional da STC para Windows 7;
- Início da implementação da tecnologia MDOP para virtualização dos sistemas corporativos do GDF, tornando-os acessíveis de qualquer lugar;
- Renovação do contrato com a Microsoft, adequando-o as novas necessidades da STC;
- Organização dos diretórios de trabalho do servidor de arquivos da STC;
- Padronização do diretório de trabalho ("G") em todas as unidades e computadores;
- Implementação da distribuição via rede das imagens dos novos computadores da STC.

b) Quanto ao Desenvolvimento de Sistemas:

- Desenvolvimento do Portal CONACI;
- Disponibilização de novas funcionalidades para o sistema SAP;
- Desenvolvimento do módulo de publicação dos servidores do GDF no portal da STC;
- Ajustes de layout do Portal da STC aos novos padrões do GDF;
- Início dos estudos para realizar a aquisição da ferramenta Microsoft SharePoint, que dará a sustentação ao novo portal da transparência do DF;
- Execução do contrato de manutenção do SAEWEB;
- Desenvolvimento do Portal do CONACI, utilizando o software "umbraco";
- Desenvolvimento do sistema SGD - Sistema Gerenciador de Demandas, que permite o acompanhamento de todas as demandas de desenvolvimento da STC;
- Apoio técnico para assinatura do termo de cooperação do sistema TAG da Ouvidoria.

c) Quanto à capacitação:

- Capacitação da equipe em: ponto de função, windows 7, windows server 2008 e exchange 2010.

## 2. Programa 0100 – Apoio Administrativo

### Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa Sag
<b>8517 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais</b>	<b>1.022.500,00</b>	<b>1.898.147,00</b>	<b>1.877.152,60</b>	<b>534.661,46</b>	<b>6 e 7</b>
8681 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais da Corregedoria-Geral do Distrito Federal	1.022.500,00	1.898.147,00	1.877.152,60	534.661,46	6 e 7
<b>Total</b>	<b>1.022.500,00</b>	<b>1.898.147,00</b>	<b>1.877.152,60</b>	<b>534.661,46</b>	<b>6 e 7</b>

A manutenção dos serviços de apoio administrativo e da estrutura física de todas as Unidades da Secretaria de Estado de Transparência e Controle foi custeada neste programa de trabalho, além da aquisição de bens patrimoniais necessários para o desenvolvimento das atividades das áreas fim e meio.

**3. Programa 1501 – Defesa e Garantia dos Direitos Humanos****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa Sag
<b>2426 - Manutenção do Programa Reintegra Cidadão</b>	<b>325.473,00</b>	<b>325.473,00</b>	<b>200.637,38</b>	<b>184.044,69</b>	<b>13</b>
8384 - Manutenção do Programa Reintegra Cidadão Corregedoria-Geral do Distrito Federal	325.473,00	325.473,00	200.637,38	184.044,69	13
<b>Total</b>	<b>325.473,00</b>	<b>325.473,00</b>	<b>200.637,38</b>	<b>184.044,69</b>	<b>13</b>

Por meio do contrato firmado com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP foram mantidos em média 19 sentenciados/mês desenvolvendo atividades de copeiragem, reprografia e serviços gerais.

**4. Informações Complementares**

A STC, com vistas a manter o alinhamento com as principais diretrizes governamentais, iniciou, em dezembro de 2011, o seu processo setorial de Planejamento Estratégico, cuja atualização deverá ser concluída em fevereiro próximo, iniciando assim a execução e monitoramento das ações, em conformidade com a implantação do Planejamento Estratégico do Governo do Distrito Federal, realizado durante o exercício de 2011.

**5. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade**

A Secretaria de Transparência e Controle- STC realizou suas ações no exercício de 2011 utilizando como norte as Diretrizes do Plano de Transparência e Combate à Corrupção, lançado pelo Governador Agnelo Queiroz em fevereiro de 2011, que estabeleceu normas e procedimentos relacionados às ações governamentais, partindo da premissa de que a transparência e combate à corrupção não estão restritos à Secretaria de Transparência e Controle, mas devem permear todos os órgãos da Administração Pública no DF. Ao criar a STC fortaleceu o compromisso com a ética e com a transparência na gestão pública, bem como a participação da sociedade por meio do controle social.

Dentro de suas competências, a STC traçou suas diretrizes no aumento da transparência e fomento ao controle social, na melhoria da gestão, simplificando processos e reduzindo a burocracia e no fortalecimento da ação repressiva contra servidores e empresas que tenham praticado fraude.

Vale ressaltar que todas as ações do Plano de Transparência e Combate à Corrupção foram realizadas, à exceção da elaboração do Código de Ética e da criação da Comissão de Ética, para julgamento dos cargos mais elevados que não constituam desvio disciplinar, com o intuito de evitar o conflito com o Novo Regime Jurídico Único do Distrito Federal, que somente passou a entrar em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012. Já estão em andamento estudos de melhores práticas para a elaboração do Código, bem como elaboração de ações que disseminem os princípios éticos e íntegros no âmbito da Administração Pública. Destacam-se aqui ações realizadas pela STC: Reformulação do Portal da Transparência e da Ouvidoria, com informações mais acessíveis via internet para o cidadão; Reestruturação do “Disque-denúncia”, criando política de segurança aos denunciadores; Combate à corrupção, dando

prioridade para os processos disciplinares contra servidores envolvidos nos grandes casos de corrupção; Realização de auditorias emergenciais nas áreas de Saúde, Limpeza Urbana, Desenvolvimento Social, Pró-DF e nos contratos de informática; Abertura de processos administrativos contra empresas denunciadas por supostas fraudes nos governos anteriores; Implantação do Sistema de Controle Interno nas Secretarias, com a criação de Assessores de Controle Interno que façam o acompanhamento concomitante das situações, prevenindo irregularidades; Assinaturas de convênios com órgãos de controle para a realização de ações conjuntas; Realização de campanhas que esclareçam e incentivem a participação da juventude no acompanhamento dos gastos públicos; Assinaturas de Decretos regulamentando a vedação ao nepotismo no Governo do Distrito Federal e determinando que o acompanhamento e fiscalização dos maiores contratos firmados sejam feitos obrigatoriamente por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego público, entre outras.

## 6. Identificação dos Responsáveis

Nome do Titular da Unidade Orçamentária: Carlos Higino Ribeiro de Alencar

Telefone: 2108-3201 e-mail da Instituição:

Assinatura: \_\_\_\_\_

Responsáveis pela elaboração:

Agente de Planejamento: Eda Silva Seabra

Assinatura: \_\_\_\_\_ Telefone: 2108-3218

Agente de Planejamento: Maria Ester Lessa Moraes

Assinatura: \_\_\_\_\_ Telefone: 2108-3223